



# Município de Constância

## **Câmara Municipal**

### **Ata n.º 3/2015**

Data da Reunião Ordinária – 29 de janeiro de 2015

Início da Reunião 15.00 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Vice-Presidente: Daniel Freire da Encarnação Martins

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 29 de janeiro de 2015, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Concessão do Bar / Esplanada "Glaciar" -----

1.2 - Natércio Francisco Canelhas Candeias - Reclamação / PDM - Anexo Documentos (sentença) (5.1.1.2) -----

## 2. PESSOAL -----

2.1 - Requerimento de António Luís Ramos da Silva - Rescisão de Contrato por Mútuo Acordo -----

## 3. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

3.1 - Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 707 - Pedido de apoio - Acampamento "Margaridas 2015" (7.2.3.5) -----

3.2 - 27.º Grande Prémio da Páscoa de Constância - Proposta de aprovação de normas de participação e de prémios a atribuir -----

## 4. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

4.1 - Proposta de nomeação de um Vereador a tempo inteiro -----

4.2 - Centro de Ciência Viva - Despesas de Funcionamento -----


4.3 - Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior - Convite para Parceria Territorial Tagus 2020 (2.2.25) -----

## 5. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

## 6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 29 de janeiro de 2015

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,

  
\_\_\_\_\_  
(Daniel Freire da Encarnação Martins)



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Daniel Freire da Encarnação Martins, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Faltou à reunião a Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, por se encontrar doente.-----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas.-----

## ANTES DA ORDEM DO DIA

*Intervenção do Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista:* “Falta de visibilidade de quem sai da Av. D. Afonso Henriques para entrar na Estrada Nacional 3 no sentido Montalvo – Abrantes”.-----

*Questão Colocada pelo Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista:* “Com a assinatura dos protocolos do espaço cidadão termina a negociação de propostas de alteração?”-----

*Intervenção do Senhor Vice-Presidente:* “Em relação à primeira questão, tomamos boa nota e iremos verificar com mais atenção o que refere. Quanto à segunda questão, tenho a informar que a proposta que foi apresentada pela Senhora Presidente já tinha alterações. Penso que este programa não terminou com a assinatura dos protocolos”.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

#### 1.1 - CONCESSÃO DO BAR / ESPLANADA "GLACIAR"

INFORMAÇÃO: “A sociedade “Glaciar, Sports Bar, Lda”, concessionária da exploração do Bar/Esplanada, levou a efeito um aumento de capital, com a entrada de um novo sócio, e comunicou o facto à Câmara Municipal. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

O artigo 8.º do caderno de encargos do concurso para a respetiva concessão, prevê que o concessionário possa transferir a concessão para uma sociedade que constitua e em que participe, dependendo a transmissão do consentimento da Autarquia. -----

Foi o que sucedeu primitivamente, aquando da transferência do Sr. Sérgio Damásio para a sociedade “Glaciar, Sports Bar Lda”. -----

No caso em análise, e em conformidade com o parecer n.º 1/2015 do Dr. José Amaral, não estamos perante uma transmissão ou cessão da posição contratual, pois a pessoa jurídica “Glaciar, Sports Bar Lda”, continua a ser a mesma, apenas contando com mais um sócio.

Assim, a Câmara Municipal deve apenas tomar conhecimento desta alteração, não havendo nada a autorizar ou deliberar.” -----

## **1.2 - NATÉRCIO FRANCISCO CANELHAS CANDEIAS - RECLAMAÇÃO / PDM -**

**ANEXO DOCUMENTOS (SENTENÇA):** Carta datada de 19 de janeiro de 2015, enviando sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria referente à reclamação do PDM. -----

## **-----2. PESSOAL-----**

### **2.1 - REQUERIMENTO DE ANTÓNIO LUÍS RAMOS DA SILVA - RESCISÃO DE CONTRATO POR MÚTUO ACORDO** -----

INFORMAÇÃO: “Na sequência do requerimento apresentado por António Luís Ramos da Silva, onde requer a cessação do seu contrato de trabalho em funções públicas, por mútuo acordo, nos termos e para os efeitos da Portaria nº209/2014, de 13 de outubro, importa informar o seguinte: -----

Nos termos da Portaria nº209/2014, de 13 de outubro, -----

### **-----Artigo 3.º-----**

#### **Requisitos de acesso ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local** -----

1 — Sem prejuízo dos números 2 e 3, o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local abrange todos os trabalhadores da Administração Local que reúnam cumulativamente as seguintes condições: -----

- a) Tenham idade igual ou inferior a 59 anos; -----
- b) Sejam detentores de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; --
- c) Se encontrem pelo menos a cinco anos de atingir o limite de idade legal para aposentação que em cada caso lhes seja aplicável. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

2 — Não são abrangidos pelo Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local os trabalhadores que, à data da entrada em vigor da presente portaria, se encontrem a aguardar decisão de pedido de aposentação ou de reforma antecipada. -----

3 — Não são abrangidos pelo Programa os trabalhadores que, à data da entrada em vigor da presente portaria, se encontrem numa situação de licença sem remuneração por período igual ou superior a 12 meses. -----

4 — A adesão ao Programa tem por princípio a manifestação da vontade expressa do trabalhador. -----

### -----Artigo 4.º-----

#### ---Condições do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local ---

1 — A compensação a atribuir ao trabalhador corresponde à remuneração base mensal, acrescida dos suplementos remuneratórios atribuídos de forma permanente, quando for o caso, calculados após as reduções que se encontrem em vigor no momento da sua determinação, nos termos dos números seguintes. -----

2 — Para os trabalhadores inseridos nas carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional ou, ainda, que desempenhem funções para as quais seja exigida a titularidade da escolaridade obrigatória, ainda que acrescida de formação profissional adequada ou a titularidade do 12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado, a compensação é atribuída nos seguintes termos: -----

a) Caso o trabalhador tenha idade inferior a 50 anos, 1,5 meses de remuneração base e suplementos remuneratórios de carácter permanente, por cada ano de serviço; -----

b) Caso o trabalhador tenha idade compreendida entre os 50 e os 54 anos de idade, 1,25 meses de remuneração base e suplementos remuneratórios de carácter permanente, por cada ano de serviço; -----

c) Caso o trabalhador tenha idade compreendida entre os 55 e os 59 anos de idade, 1 mês de remuneração. -----

3 — Para os trabalhadores de carreiras para cujo ingresso seja exigido a titularidade de licenciatura ou de grau académico superior a este a compensação é atribuída nos seguintes termos: -----

a) Caso o trabalhador tenha idade inferior a 50 anos, 1,25 meses de remuneração base e suplementos remuneratórios de carácter permanente, por cada ano de serviço; -----

b) Caso o trabalhador tenha idade compreendida entre os 50 e os 59 anos de idade, 1 mês de remuneração base e suplementos remuneratórios de carácter permanente, por cada ano de serviço; -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

4 — A idade relevante para efeito dos números anteriores é a detida pelo trabalhador à data da entrada do requerimento referido no artigo 9.º. -----

-----**Artigo 7.º**-----

-----**Órgãos competentes**-----

A autorização da entidade empregadora para a rescisão por mútuo acordo cabe: -----

a) Nos municípios, incluindo serviços municipalizados e intermunicipais, à câmara municipal; -----

-----**(...)**-----

-----**Artigo 8.º**-----

-----**Pareceres**-----

1 — Nos municípios, cabe ao presidente da câmara (...), emitir parecer, onde se pronuncia obrigatoriamente quanto à necessidade de manutenção do posto de trabalho ocupado pelo requerente para a prossecução das atribuições. -----

-----**(...)**-----

-----**Artigo 10.º**-----

-----**Procedimento**-----

1 — O requerimento a que se refere o artigo anterior é apreciado para verificação das condições de admissibilidade e cálculo provisório da compensação. -----

2 — A remuneração mensal e a identificação de montantes mensais de eventuais suplementos remuneratórios atribuídos de forma permanente, bem como a antiguidade do trabalhador, são objeto de declaração autenticada pela entidade empregadora pública. -----

3 — Recebido o requerimento, deve o Presidente do órgão competente para a decisão de autorização submeter para apreciação e votação a proposta de autorização para celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho tendo em vista a extinção do posto de trabalho, ou solicitar o parecer, nos termos do artigo 8.º, no prazo de 15 dias. -----

4 — Findo o prazo referido no número anterior, o Presidente do órgão competente submete para apreciação e votação a proposta de autorização para celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho, juntando o parecer referido no número anterior, se aplicável. -----

5 — Aprovada a autorização para celebração de acordo de cessação do contrato de trabalho, a entidade empregadora notifica o trabalhador para, querendo, aceitar a proposta de rescisão no prazo de 10 dias úteis. -----

6 — A aceitação consta de documento escrito, sendo comunicada pelo trabalhador à entidade empregadora pública para efetivação do acordo de cessação. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

7 — Caso o trabalhador não comunique, no prazo referido no número 5, a decisão de aceitação da cessação do contrato, considera -se a mesma recusada, não podendo o trabalhador efetuar novo requerimento no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local. -----

### -----Artigo 11.º-----

#### -----Efeitos-----

Nos termos do número 4 do artigo 296.º da LTFP, a aceitação impede o trabalhador de constituir nova relação de vinculação, a título de emprego público ou outro, incluindo prestações de serviços com os órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, incluindo as respetivas empresas públicas e entidades públicas empresariais e com quaisquer outros órgãos do Estado ou pessoas coletivas públicas, durante o número de meses igual ao quádruplo do número resultante da divisão do montante da compensação atribuída pelo valor de 30 dias de remuneração base, calculado com aproximação por excesso. -----

### -----Artigo 12.º-----

#### -----Pagamento da compensação-----

Cabe à entidade pública empregadora o pagamento da compensação referida no artigo 4.º.

Posto isto, passo a verificar que: -----

1 – O trabalhador, tinha à data do requerimento, 54 anos, pelo que cumpre os requisitos estipulados no nº 1 do artº3º da Portaria acima referenciada, assim como, foi da sua expressa vontade a adesão ao Programa (cumprimento do nº4, do mesmo artº3º). -----

2 – A compensação a atribuir ao trabalhador é de 1,25 meses de remuneração base por cada ano efetivamente trabalhado, ora daqui resulta o seguinte montante: -----

- Tempo de serviço (anos completos) – 28 anos -----

- Remuneração Base – 738,05€ -----

-  $28 \times 1.25 \times 738,05 = \underline{25.831,75\text{€}}$  -----

3 – De salientar que a aceitação deste acordo implica, para o Município, a extinção do Posto de Trabalho, pelo que, de acordo com o art.º 8º da Portaria referenciada, deve a Presidente da Câmara emitir parecer, pronunciando-se obrigatoriamente quanto à necessidade de manutenção do posto de trabalho ocupado pelo requerente para a prossecução das atribuições. -----

4 – O requerimento e o parecer deverão ser submetidos à Câmara Municipal, para votação.” -





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

PARECER DA SENHORA PRESIDENTE: “Propõe-se o indeferimento da pretensão do requerente em virtude dos serviços serem prejudicados com a extensão do posto de trabalho que o requerente ocupa.” -----

A Câmara deliberou por maioria, indeferir a pretensão do requerente, com dois votos a favor do Vice-Presidente e do Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão da CDU e duas abstenções dos Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista. -----

### -----3. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

**3.1 - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO 707:** Ofício n.º 006/707/2015, datado de 05 de janeiro de 2015, solicitando a cedência dos balneários do Pavilhão Municipal, para os dias 14 a 17 de fevereiro de 2015, no âmbito do acampamento “Margaridas 2015”. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder os balneários do Pavilhão Municipal, com isenção de taxas. -----

### **3.2 - 27.º GRANDE PRÉMIO DA PÁScoa DE CONSTÂNCIA - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE NORMAS DE PARTICIPAÇÃO E DE PRÉMIOS A ATRIBUIR**

INFORMAÇÃO: “Integrado no programa de Desporto das Festas do Concelho de Constância, o Grande Prémio da Páscoa em Atletismo tem-se revelado um evento de grande projeção regional e nacional, contando, nas últimas edições, com aproximadamente um milhar de participantes entre todos os escalões. -----

Perspetivando, à semelhança de anos transatos, a sua realização nas Festas deste ano – com lugar no dia 4 de abril – e atendendo a que o atual figurino da prova é o mais desejável, diagnosticamos que a nova medida implementada, designada “Prémio Record”, que tinha por reflexão de sustentabilidade a participação de alguns atletas da elite nacional do atletismo que com a sua presença projetassem a prova, tornando-a mais competitiva, mais apelativa e reconhecida, foi pouco ambiciosa. De facto, os prémios monetários não eram suficientemente apelativos e poucos atletas de referência se apresentaram (o melhor masculino fez 31’58 e a melhor feminina fez 35’50) ficando muito longe dos tempos record. Como se tratam de tempos bastante difíceis de bater (para se ter uma melhor ideia, à velocidade que o recorde masculino, do Delfim Conceição, foi realizado o vencedor do ano passado viria cerca de 1200 metros atrás, quando o Delfim se encontrava a cortar a linha de meta; no caso do record feminino nem a própria Fernanda Ribeiro o conseguiu bater) com vista a arriscarmos um pouco mais na perspetiva de trazer mais e melhores atletas, sugere-se que no presente ano, o dito prémio passe a ter os seguintes valores: -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

	Tempo a bater	Atleta	Prémio Monetário
Feminino	33'42	Marina Bastos (2004)	500,00€
Masculino	29'37	Delfim Conceição (2005)	500,00€

Como atrás já foi referido esta medida visa estimular a participação de atletas de âmbito nacional e internacional a participar no evento e, simultaneamente, que o mesmo passe a integrar o Campeonato Nacional de Provas de Estrada, sendo que para tal necessita de um número mínimo de atletas, de elite, que cortem a meta. -----

Submete-se à apreciação e eventual aprovação da Câmara Municipal de Constância a proposta de Normas de Participação no 27.º Grande Prémio da Páscoa em Atletismo.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de participação. -----

## -----4. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

### **4.1 - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE UM VEREADOR A TEMPO INTEIRO** -----

PROPOSTA: “Considerando que: -----

Através do Despacho 21/2013 de 21 de outubro de 2013, e usando da faculdade que me confere o n.º 1 do artigo 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nomeei o Senhor Daniel Freire da Encarnação Martins, como Vereador em regime de tempo inteiro; -----

As exigências da governação municipal a necessidade de existir uma adequada coordenação de toda a atividade face ao complexo sistema das hierarquias e as dependências existentes na estrutura orgânica dos serviços, entendo que se torna necessário reforçar o número de eleitos e regime de permanência a tempo inteiro, com vista a tornar mais eficaz a atuação do Órgão Executivo Municipal e do próprio Presidente da Câmara Municipal; -----

Proponho que a Câmara Municipal aprove a existência de um segundo Vereador a tempo inteiro, nos termos que se indicam no n.º 2, do artigo 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, passando o Município a dispor de dois Vereadores em regime de permanência a tempo inteiro.” -----

A Câmara deliberou por maioria, aprovar a proposta, com um voto a favor do Vice-Presidente e duas abstenções dos Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista. -----

O Vereador Arsénio Cristóvão não participou da discussão e votação da proposta. -----

### **4.2 - CENTRO DE CIÊNCIA VIVA - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO** -----

INFORMAÇÃO: “Considerando o pedido formulado pela Associação Centro de Ciência Viva de Constância no passado mês de Setembro de 2014 e em cumprimento do previsto nos estatutos da referida Associação (alínea a) do n.º 2 do art. 29.º), bem como no protocolo



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 3/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29-01-2015

estabelecido entre o Município de Constância e a Associação (cláusula quarta), ambos complementados pela deliberação da Assembleia Geral da Associação tomada em 07/01/2014 (ata n.º 4), informo o seguinte: -----

1. O total dos documentos de despesa apresentados pela Associação para reembolso pelo Município é de 15.749,83€; -----

2. Dos documentos de despesa apresentados pela associação constam despesas não enquadráveis em despesas de funcionamento no valor de 9.819,90€; -----

3. É enquadrável em despesas de funcionamento o montante de 5.669,83€.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento de 5.669,83€ (cinco mil seiscientos e sessenta e nove euros e oitenta e três cêntimos). -----

### **4.3 - TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR:**

Ofício circular n.º 044/2015, datado de 21 de janeiro de 2015, convidando esta autarquia a pertencer à Parceria Territorial Tagus 2020. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar o convite para Parceria Territorial Tagus 2020. -----

### **5. APROVAÇÃO EM MINUTA**

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

### **6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente e por mim *Aua Silvério*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

O Vice-Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,